SINDICATO **UNIFICADO** DOS PETROLEIROS DO ESTADO DE SÃO PAULO
| JANEIRO 2026 | // NÚMERO 1159 //

JORNAL PETROLEIROS

2026 DE LUTA!

APÓS GREVE VITORIOSA, CATEGORIA PETROLEIRA INICIA ANO DE MUITA LUTA EM PAUTAS FUNDAMENTAIS DO SISTEMA PETROBRÁS E COM O DESAFIO DE REELEGER LULA

Foto: Guilherme Weimann

EDITORIAL

Foto: Vinicius Denadai

GREVE NECESSÁRIA, DECISÃO ESTRATÉGICA

A greve nacional dos petroleiros de 2025, não foi contra o governo Lula, que ajudamos a eleger. Mas também não poderia ignorar uma contradição central: mesmo neste governo, a Petrobrás seguiu priorizando altos dividendos, enquanto investimentos, direitos e diálogo com os trabalhadores foram negligenciados.

A greve não começou no dia em que a categoria cruzou os braços, mas quando a relação de confiança com a presidenta Magda Chambriard foi rompida. Acordos desfeitos, compromissos não cumpridos e decisões unilaterais se tornaram regra. O diálogo praticamente desapareceu, especialmente na área de E&P. Os entendimentos sobre PEDs, teletrabalho e pontos centrais da pauta foram descumpridos.

Diante da intransigência e do rompimento sistemático de acordos, a FUP tomou uma decisão responsável: buscar interlocução externa. Sem confiança, não há negociação possível. Quando todos os caminhos foram fechados, a greve tornou-se uma necessidade.

Mesmo com dificuldades, a greve garantiu avanços concretos: manteve a construção da solução dos PEDs, melhorou frequência e Saldo AF, avançou no debate sobre turnos e embarque, garantiu VA de R$ 400, aumento real e ampliou o abono. Uma decisão coletiva, democrática e responsável.

A greve quebrou a blindagem da gestão Magda, reafirmou a independência sindical e fortaleceu a categoria para 2026. A história dos petroleiros nunca foi escrita sem luta. E não será agora.

ARTIGO

VENEZUELA, PETRÓLEO E DÓLAR: A GUERRA QUE ANTECIPA O DESTINO DO BRASIL

O ataque à Venezuela revela como petróleo, dólar e poder militar operam juntos e por que o Brasil e a Petrobrás estão no centro desse tabuleiro

*Por Vitór Peruch**

Não foi gesto isolado ou desvio de retórica. O ataque dos Estados Unidos à Venezuela expôs o funcionamento da ordem global. Quando a política abandona os eufemismos, o que aparece é simples e brutal: quem controla o petróleo controla a economia; quem controla a moeda do petróleo controla o mundo.

Desde os anos 1970, o sistema internacional do petróleo foi reorganizado em torno do dólar. O acordo era que o petróleo seria vendido majoritariamente na moeda norte-americana, e, em troca, os EUA garantiriam proteção militar e estabilidade aos grandes produtores aliados. Nascia o petrodólar. Esse arranjo transformou o dólar em muito mais do que uma moeda: fez dele um pilar do poder imperial. Países precisavam de dólares para comprar energia; para obtê-los, submetiam-se ao sistema financeiro comandado por Washington.

A Venezuela rompeu essa engrenagem. Primeiro, ao reafirmar controle estatal sobre suas reservas e impor limites às grandes petroleiras. Depois, ao buscar alternativas ao dólar, aproximando-se da China, da Rússia e do bloco dos BRICS, que articulam mecanismos de comércio, financiamento e reservas fora da órbita norte-americana.

A China tornou-se o principal destino do petróleo de países sancionados, oferecendo comércio em moedas locais e financiamento fora do circuito tradicional. A Rússia, por sua vez, mostrou que é possível sustentar uma economia energética mesmo sob cerco financeiro. Cada barril negociado fora do dólar enfraquece, ainda que lentamente, a engrenagem do petrodólar.

O ataque à Venezuela, portanto, não é só contra Caracas. É um laboratório. Um ensaio geral. Já o Brasil reúne uma das maiores fronteiras petrolíferas do mundo, suas reservas, o pré-sal; uma estatal integrada, a Petrobrás, capaz de articular energia, indústria e tecnologia; reservas minerais estratégicas para a transição energética; água, território e posição geopolítica no Atlântico Sul e claro, a Amazônia.

A história ensina: toda vez que o Brasil tentou usar essas riquezas em favor de um projeto nacional, o conflito se instalou. Vargas, Jango, o Golpe de 64, a Lava Jato. Nada disso é passado remoto. A Venezuela apenas torna visível o que costuma operar nas sombras.

Não é só a Venezuela que está em jogo, mas o direito de um país definir o uso de suas riquezas. Quando essa decisão desafia o dólar e as grandes petroleiras, a resposta é conhecida. O Brasil reúne todos os elementos para entrar, cedo ou tarde, nessa mira.

**Jornalista do Sindipetro Unificado*

JORNAL PETROLEIROS

SINDICATO UNIFICADO DOS PETROLEIROS DOS ESTADOS DE SÃO PAULO, MATO GROSSO DO SUL, GOIÁS E DISTRITO FEDERAL. Redação: Rua Cônego Manoel Garcia, 1010 – Jardim Chapadão – Campinas (SP) – CEP: 13070037. www.sindipetrosp.org.br. **E-mail**: comunicacao@sindipetrosp.org.br. **Jornalista responsável**: Guilherme Weimann (MTb: 0091969/SP). **Repórteres:** Marcelo Aguilar e Vítor Peruch. **Diagramação:** Rangel Egídio. **Impressão:** Gráfica Paineiras. Tiragem: 5 mil exemplares. E-mails: sao.paulo@sindipetrosp.org.br. – campinas@sindipetrosp.org.br. – maua@sindipetrosp.org.br. **Diretoria**: Carlos Reis (19 99952-4673), Cibele Vieira (11-96860-4433), Juliano Deptula (11-96386-8855), Pedro Augusto (11 981649548), Renato Felippe (11-97719-6326), Rodrigo Araújo (11-94989-9215), Rodrigo Zanetti (19 99827-4257), Steve Austin (11) 91340-8944. REGIONAIS Campinas: (19) 3743-6144 Mauá: (11) 4514-3721 São Paulo: (11) 3255-0113.

Foto: Paulo Pinto / Agência Brasil

Manifestações de repúdio à intervenção ocorreram no Brasil e no continente todo

INVASÃO ESTADUNIDENSE NA VENEZUELA REVIVE PIORES PESADELOS DA AMÉRICA LATINA

Com a apropriação do petróleo venezuelano como pano de fundo, governo Trump bombardeou Caracas e sequestrou o presidente Nicolás Maduro

Por Marcelo Aguilar

Na madrugada do dia 3 de janeiro as bombas ianques caíram sobre Caracas, revivendo os piores pesadelos da sangrenta história da América Latina. O ataque norteamericano tinha como objetivo depor Nicolás Maduro e controlar não só o governo quanto os recursos económicos do país, principalmente o petróleo. O presidente foi levado a julgamento nos Estados Unidos, acusado de "narcoterrorismo" e o governo Trump pratica uma "supervisão direta" na Venezuela, que segundo Trump "só o tempo dirá" quando acaba.

O que não houve, pelo menos ainda, é uma mudança de regime. O chavismo continua no poder no país e a presidenta em funções é Delcy Rodríguez, um dos quadros fortes do movimento. Em declarações recentes, foi clara sobre a invasão: "O narcotráfico e os Direitos Humanos eram a desculpa, o motivo era o petróleo". Após a chegada de Hugo Chávez ao poder na Venezuela, a renda derivada do recurso, estatizada, impulsionou políticas sociais e sustentou o projeto político, que enfrentou diretamente os interesses dos Estados Unidos e suas companhias. Em 2002, um golpe de Estado com apoio norte americano tentou derrubar Chávez, sem sucesso, e a derrota abriu espaço para a sabotagem da indústria petroleira, a asfixia econômica e as tentativas violentas de derrubada da revolução.

A ofensiva militar contra a Venezuela só pode ser entendida em uma nova etapa da política internacional, marcada pela erosão aberta do direito internacional, pela naturalização da força como instrumento de resolução de conflitos e pela reedição de práticas coloniais sob novas roupagens. Uma era marcada pelo genocídio em Gaza e a grotesca impunidade que o carateriza.

O VERDADEIRO OBJETIVO: O PETRÓLEO

A era Trump inaugura uma novidade. O que historicamente era revelado através de filtrações ou documentos desclassificados muitos anos depois, é reconhecido enquanto os fatos ocorrem. A arrogância imperial estadunidense não esconde mais seus reais objetivos, e o próprio presidente Trump afirmou com todas as letras que o principal objetivo da invasão à Venezuela são as vastas reservas do país.

Pela via da força, Washington reafirma uma lógica conhecida: países que controlam recursos estratégicos e insistem em decidir seus próprios caminhos, tornam-se alvo. O petróleo venezuelano é central nesse cálculo, mas não está sozinho. O continente latinoamericano está sob ameaça. O governo mexicano, liderado por Claudia Sheinbaum e o governo colombiano de Gustavo Petro também são alvo de ameaças do magnata presidente, como já foi o Brasil ao longo de 2025.

AMÉRICA LATINA NÃO É QUINTAL

Vivemos a reativação e atualização da chamada Doutrina Monroe, que justifica todo tipo de intervenção estadunidense na América Latina e a apropriação dos recursos de nações soberanas. O governo Trump tem realizado diversas intervenções nos últimos tempos, como na recente eleição na Argentina, chantageando com empréstimos para a vitória de Milei, ou em Honduras, com um golpe eleitoral que garantiu a vitória do candidato aliado.

Ainda é cedo para entender completamente os alcances da invasão. Mas as reações espalhadas pelo Brasil e por todo o continente dão uma resposta clara: América Latina é uma região de paz e não é o quintal de ninguém. Em nota, a Federação Única dos Petroleiros (FUP) repudia a agressão: "não tem nada a ver com a defesa da democracia ou com a luta contra o narcotráfico (...) O objetivo é o domínio imperialista e a apropriação das riquezas naturais".

E acrescenta: "Reafirmamos nossa solidariedade com o povo venezuelano e o compromisso incondicional de continuarmos lutando em defesa da autodeterminação dos povos, pela soberania dos países latino-americanos e pelo controle popular das riquezas energéticas".

Foto: Guilherme Weimann

Foto: Junior Lima

Bases do Sindipetro Unificado participaram ativamente da greve petroleira

GREVE DOS PETROLEIROS EM 2025 ARRANCA ACORDO COLETIVO DA GESTÃO MAGDA

Greve arrancou novo acordo com conquistas frente à atitude intransigente da gestão Magda Chambriard; indicativo da FUP evitou dissídio e intervenção do TST

Por Marcelo Aguilar e Vítor Peruch

A greve nacional dos petroleiros iniciada em 15 de dezembro de 2025 entrou para a história recente da categoria pelo alcance da paralisação e pelo desfecho negociado após nove dias de mobilização. O movimento ocorreu mesmo sob um governo aliado dos trabalhadores, o que gerou questionamentos públicos, mas teve como eixo central críticas à gestão da Petrobrás, especialmente à grotesca distribuição de dividendos em detrimento dos direitos trabalhistas e à condução das negociações e do diálogo com a categoria.

Segundo dados financeiros divulgados pela própria empresa, a Petrobrás registrou lucro de R$ 94 bilhões até o terceiro trimestre de 2025 e distribuiu R$ 37,3 bilhões em dividendos no período. Para dirigentes sindicais, os números indicam a manutenção de uma estratégia voltada ao mercado financeiro, herdada do período pós-2016, independentemente da mudança de governo. Para Cloviomar Cararine, economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), a Petrobrás foi convertida em uma "máquina de gerar lucros", em detrimento dos investimentos na empresa. Cararine afirma: "A Petrobrás nunca gerou tanta riqueza, cada vez gera mais, mas ela foi mudando sua política de dividendos, que hoje é muito agressiva na distribuição, a grande parte do volume de riqueza vai para os acionistas, 16% para os acionistas privados nacionais e 47% para acionistas estrangeiros".

Nesse contexto, a relação entre a categoria e a gestão da presidenta Magda Chambriard se deteriorou ao longo de 2025. A FUP e os sindicatos apontam sucessivos descumprimentos de acordos, recuos em negociações já avançadas e a adoção de medidas unilaterais, especialmente nas áreas de Exploração e Produção. O diálogo, segundo as entidades, foi sendo substituído por intransigência, rompendo a confiança necessária para qualquer processo negocial e empurrando a categoria para a greve como último recurso.

Essa distorção do papel da empresa é criticada permanentemente pela Federação Única dos Petroleiros (FUP) e seus sindicatos, e é o pano de fundo da greve. Mesmo após a posse de Magda Chambriard na presidência da estatal, os sindicatos avaliam que não houve alteração substantiva na lógica de gestão. Para Steve Austin, coordenador-geral do Sindipetro Unificado, a greve não teve caráter de oposição ao governo federal, mas de pressão sobre a empresa: "A categoria entrou em greve por discordar da política adotada pela Petrobrás. Em um governo de perfil progressista, os trabalhadores se sentem mais seguros para exercer o direito à mobilização", afirmou.

GREVE FORTE

A greve teve adesão crescente ao longo dos primeiros dias. No terceiro dia, as nove refinarias do país já estavam paralisadas. Ao longo do movimento, foram interrompidas atividades em 28 plataformas, 16 terminais da Transpetro, quatro termelétricas, duas usinas de biodiesel, unidades de tratamento de gás e prédios administrativos, incluindo a sede da Petrobrás em Natal.

A Refinaria de Paulínia (Replan), maior do país, aderiu desde o primeiro dia. O mesmo ocorreu na Refinaria de Capuava (Recap), em Mauá. No quarto dia, os terminais da Transpetro em São Caetano do Sul e Barueri paralisaram as atividades com total adesão. As usinas termelétricas de Três Lagoas e a TBG (este pela primeira vez) também aderiram.

Atos nessas unidades reuniram trabalhadores da ativa, aposentados, estudantes e representantes de outras categorias, como metalúrgicos do ABC e professores da rede pública, além de movimentos sociais.

Paralelamente à paralisação nas unidades operacionais, aposentados e pensionistas realizaram uma vigília de 13 dias

Foto: Vinícios Denadai

em frente ao Edifício Senado (Edisen), sede administrativa da Petrobrás no Rio de Janeiro. O principal eixo da mobilização foi a cobrança pelo fim dos Planos de Equacionamento de Déficit (PEDs) dos fundos de previdência, pauta colocada como uma das prioridades para o fechamento do Acordo Coletivo.

A participação de aposentados que ingressaram na empresa nas décadas de 1970 e 1980 foi apontada pelos sindicatos como um dos elementos centrais do movimento, ao lado da adesão dos trabalhadores da ativa.

INDICATIVO DA FUP EVITOU DISSÍDIO

Diferentemente das greves de 2015 e 2020, quando não houve abertura formal de diálogo, a paralisação de 2025 contou com negociações desde os primeiros dias. Com o avanço da mobilização, no entanto, a Petrobrás endureceu a posição e, no sexto dia, anunciou a intenção de ingressar com dissídio coletivo no Tribunal Superior do Trabalho (TST), com audiência marcada para 23 de dezembro. A possibilidade de judicialização passou a ser o principal ponto de tensão. Dirigentes sindicais avaliaram que a ida ao TST poderia resultar na perda integral do acordo negociado, com retorno à proposta anterior da empresa, considerada mais restritiva.

Nos dias 21 e 22 de dezembro, o Conselho Deliberativo da Federação Única dos Petroleiros (FUP) reuniu mais de 90 dirigentes de 14 sindicatos filiados para deliberar sobre a proposta apresentada pela Petrobrás. Após ampla e longa discussão, nove sindicatos indicaram aprovação do acordo, quatro defenderam rejeição e um não apresentou posição formal.

Segundo Steve Austin, coordenador geral do Sindipetro Unificado, a avaliação majoritária foi de que a aprovação era necessária para evitar perdas maiores: “Se o dissídio fosse instaurado, todo o acordo cairia. Havia risco real de perder cláusulas do ACT vigente e compromissos firmados sobre os PEDs”, afirmou. A experiência da FUP e seu papel histórico na conquista de direitos da categoria petroleira indicavam que era imperativo evitar o dissídio.

Afirma Austin: “A gente sabe muito bem as consequências do dissídio e os enormes riscos da judicialização das negociações. Nossa responsabilidade histórica como dirigentes da maior Federação petroleira era garantir as conquistas que tínhamos conseguido após a grande greve realizada. Não há traição nem capitulação, há realismo e responsabilidade para conduzir um processo de forma que garantisse o melhor possível para a categoria no momento, que foi o que o tempo demonstrou que era o correto”.

As assembleias ocorreram em 23 de dezembro, véspera do Natal. A data foi alvo de críticas em algumas bases, especialmente na Replan, devido à necessidade de retorno imediato ao trabalho. Ainda assim, nove sindicatos aprovaram a proposta e suspenderam a greve.

Cinco bases – Minas Gerais, Norte Fluminense, Ceará, Espírito Santo e Duque de Caxias – rejeitaram inicialmente a proposta e mantiveram a paralisação. Após ajustes redacionais no Acordo Coletivo de Trabalho e nas cartas-compromisso, além da prorrogação do entendimento sobre os dias parados, quatro dessas bases aprovaram o acordo em 26 de dezembro.

O Norte Fluminense manteve a greve até 30 de dezembro, quando aprovou a proposta com 90% dos votos (446 votos favoráveis entre 495 trabalhadores). Ao final, todas as bases aceitaram o mesmo acordo firmado inicialmente pelos sindicatos que aprovaram em 23 de dezembro.

2026 DE MUITA LUTA

Para dirigentes sindicais, o desfecho da greve evitou os riscos associados ao dissídio no TST, citando como exemplo a greve dos Correios no mesmo período, que resultou em desconto de dias parados e reajuste salarial inferior ao reivindicado.

"A gente entende muito bem a complexidade das realidades existentes dentro do Sistema Petrobrás, mas a FUP analisa o todo, o quadro geral, e precisamos olhar para o que conquistamos, fruto desta mobilização muito forte da categoria petroleira. Conseguimos avançar nos três eixos principais, na questão dos PEDs, na questão de uma mulher distribuição da riqueza gerada por nós, tanto para os aposentados como para a ativa e na questão da pauta Brasil Soberano, vencendo a queda de braço que tava colocada perante a gestão Magda, de que aquela seria a última proposta e que esses eixos não deveriam ser tratados em uma negociação coletiva", afirma Cibele Vieira, diretora da FUP e do Sindipetro Unificado.

A FUP avalia que a greve reafirmou a autonomia sindical e a capacidade de mobilização da categoria, mesmo em um governo politicamente aliado. A campanha reivindicatória de 2025 é considerada uma das mais complexas da história dos petroleiros. Entre os próximos temas da agenda sindical estão a negociação da Participação nos Lucros e Resultados (PLR), a revisão do plano de cargos e salários e a mediação no Tribunal de Contas da União sobre os PEDs, além do cenário político nacional em 2026 e o desafio de reeleger Luiz Inácio Lula da Silva presidente do Brasil e mudar a composição do Congresso Nacional.

GREVE VITORIOSA: VEJA TUDO O QUE

DINHEIRO NO BOLSO

CONQUISTAS ECONÔMICAS DIRETAS:

- **Ganho real de 0,5%** retroativo a setembro/2025 + mais 0,5% em setembro/2026
- **Abono de 1,6 remuneração** (piso R$ 15 mil, teto R$ 42 mil) em 2x, inclusive para novos trabalhadores
- **Auxílio alimentação: +R$ 400/mês** para TODOS (mesmo quem não recebe VA)
- **Vale alimentação e refeição: +8,50%**
- **Vale ceia: +7,01%**
- **Gratificação Campo Terrestre: +5,66%**
- **Adicional Amazonas: +7,15%**

TRANSPORTE E MOBILIDADE

SUA CONTRIBUIÇÃO CAIU:

- Auxílio deslocamento: de 6% para **2%**
- Vale transporte: de 6% para **2%**

FAMÍLIA E QUALIDADE DE VIDA

LICENÇAS AMPLIADAS:

- **Licença paternidade garantida:** 15 dias mesmo se perder prazo (antes perdia tudo)
- **Extensão da licença paternidade** se bebê for internado (até 2 semanas)
- **Licença paternidade para adoção:** 30 dias
- **Licença maternidade 120 dias** para composições familiares diversas + 60 dias prorrogáveis
- **Ampliação licença adoção** para crianças com 12 anos ou mais
- **Abono de até 21** dias para processos de adoção

BENEFÍCIOS PARA FILHOS:

- **240 horas/ano** de abono para acompanhar filhos PCDs em consultas
- **Benefícios educacionais:** limites de idade ampliados (ensino fundamental até 17a11m, médio até 19a11m)
- Exclusão de regras de reprovação
- Inclusão de beneficiários com impedimento legal para adoção
- Tabela educacional do MS equiparada a SP

SEGURANÇA PARA A FAMÍLIA:

- **Auxílio funeral: R$ 5.900** em qualquer situação
- **Autosseguro: R$ 400 mil** para acidentes de trabalho fatais ou invalidez

JORNADA E FREQUÊNCIA

MELHORIAS NO DIA A DIA:

- **Saldo AF:** FIM do retorno de férias! Dias de neutralização voltam a 8 (DPI) e 5 (E&P)
- **Feriado 20 de novembro** incluído (Consciência Negra) com pagamento integral 100%
- **HETT melhorado**: tudo acima de 12 minutos é hora extra
- **Permuta ampliada:** intervalo de compensação de 90 para 180 dias
- **Abono 24/12 e 31/12** para administrativo
- **Retirada da quitação** do trabalho na folga
- **Banco de horas:** convocação em dia de folga passa a ser paga
- **Redução do limite do banco de horas**
- **Banco de horas passa a ser "rodado" duas vezes ao ano**
- **Acordo de parada garantido no ACT**

OFFSHORE - VITÓRIA IMPORTANTE:

- **DIA DO DESEMBARQUE:** fim do lançamento de 0,5 dia de folga! Agora pagamento por média de 3 HE mensais
- **Reembolso de passagem** por atraso no desembarque (até R$ 500)
- Compromisso de **retorno ao regime anterior** se comprovadas injustiças nos desimplantes
- Perdão da ação do RSR mantendo cláusulas sobre supressão de folgas
- Controle de ponto por exceção durante intervalos
- Ampliação do número de profissionais de saúde a bordo das plataformas

CONQUISTAMOS NO ACT 2025-2027

SAÚDE (AMS) E PETROS

AMS - PLANO DE SAÚDE:

- **Anistia do saldo devedor** de beneficiários falecidos/desligados
- Índice mantém IPCA Saúde, evitando migração para o VCMH Petrobrás (cerca do dobro do IPCA Saúde)
- **Sem impacto para maiores de 59 anos** no custo administrativo
- **Redução** para faixa 54-58 anos
- Plano 28: desconto em contracheque + boleto se exceder margem
- Coparticipação diferenciada para genéricos
- Cobertura para medicamentos GLP-1
- Criação da Comissão de Sustentabilidade da AMS
- Prazo definido para conclusão do GT de mudança do Estatuto da APS, garantindo participação dos trabalhadores na gestão do plano
- Auditoria externa para verificação do cumprimento da regra 70x30

PETROS – A GRANDE CONQUISTA:

- **CARTA-COMPROMISSO** FIRMADA pela primeira vez pela diretoria da Petrobrás
- Compromisso institucional de buscar **solução definitiva** para os PEDs
- Proposta do GT Quadripartite vai para o TCU
- Abertura de mediação no Tribunal de Contas da União (TCU)
- TCU atuará como mediador externo entre Petrobrás e entidades representativas
- Pedido de mediação previsto para até fevereiro de 2026
- Na mediação serão discutidos os parâmetros do acordo judicial e do novo plano
- Após admitida a mediação, prazo estimado de até 8 meses para conclusão (fev-out/2026)
- Construção de novo plano previdenciário, sem PED e sem contribuição extraordinária
- Migração voluntária, com decisão final passando pelas assembleias
- LEIA MAIS NA PÁGINA 8

DIREITOS SINDICAIS

FORTALECIMENTO DA ORGANIZAÇÃO:

- **Retorno da Comissão de Prestação de Serviço** no ACT
- **Retorno da Comissão de Anistia** no ACT
- **Assembleias sem restrições** de tempo
- Retirada da cláusula que condicionava judicialização
- **Aumento das liberações sindicais** para bases com mais de uma região
- Liberação para delegados em plenárias e congressos da FUP

DIVERSIDADE E INCLUSÃO

AVANÇOS HISTÓRICOS:

- Ambiente inclusivo para **pessoas trans** (nome social, banheiros, vestiários conforme identidade)
- **14 dias de abono** para vítimas de violência doméstica + realocação se necessário
- Inclusão de **neurodivergentes** no Programa de Pessoa com Deficiência
- **EPIs adequados** às necessidades de todas as pessoas, inclusive PCDs

PAUTA PELO BRASIL SOBERANO

COMPROMISSO ESTRATÉGICO:

- Fórum técnico semestral com todas as empresas do Sistema Petrobras para discutir: Transição Energética, Parque de Refino, Biocombustíveis e Fertilizantes, Logística e Processamento de Gás e Cultura Petrobras
- Fóruns de 2 dias, realizados duas vezes por ano (total de 4 dias anuais)

SE A CATEGORIA TIVESSE IDO PARA DISSÍDIO NO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Como a tendência seria a manutenção do acordo vigente, no melhor cenário seria considerada apenas a última proposta apresentada antes do início da greve – o que deveria levar ao descarte de todas essas conquistas.

Foto: Paulo Neves

Atos no Edisen fortaleceram a correlação de forças em torno da Petros e contribuíram para conquistas recentes

CARTA DA PETROBRÁS ABRE CAMINHO PARA MEDIAÇÃO NO TCU E NOVO PLANO SEM PEDs

Após pressão contínua de aposentados e entidades, carta da estatal reconhece a necessidade de mediação e estabelece cronograma para discutir novo plano e encerrar os equacionamentos

Por Vítor Peruch

Após mais de dois anos de negociações travadas e mobilizações recorrentes, a Petrobrás formalizou, pela primeira vez, um compromisso institucional para buscar uma solução definitiva para os Planos de Equacionamento de Déficit (PEDs) dos planos Petros. A carta, assinada pela diretoria executiva da estatal e endereçada às entidades representativas dos participantes e assistidos, prevê a abertura de uma mediação no Tribunal de Contas da União (TCU) a partir de fevereiro de 2026 e foi fruto da greve realizada pela categoria no final de 2025.

PC Martin, diretor da FUP e integrante do Fórum das Entidades em Defesa dos Participantes da Petros, aponta que o documento representa um marco inédito: "Em nenhum momento, nesses dois anos e meio, houve um documento da Petrobrás se comprometendo com a solução do problema. Tivemos o relatório do grupo de trabalho, no qual representantes da empresa reconhecem a necessidade de um novo plano, e o relatório da Comissão Quadripartite, que vai apontar a modelagem desse plano. Mas um compromisso formal da diretoria da Petrobrás não existia. Agora temos", afirmou.

Entretanto, o diretor alerta: "Essa carta não estabelece o valor do acordo judicial nem o valor do benefício no novo plano. Essas duas questões vão ser objeto de mediação no Tribunal de Contas da União".

A previsão é que, após a aprovação interna dos parâmetros pela diretoria da Petrobrás e pelo Conselho de Administração, a empresa protocole em fevereiro o pedido de mediação ao TCU. Caberá ao tribunal avaliar se a proposta de transação judicial é viável do ponto de vista legal. A viabilidade do acordo está associada à criação de um novo plano previdenciário, em conjunto com a Petros, que elimine as fragilidades estruturais dos planos atuais.

Na mediação, cada parte apresentará seus parâmetros. Do lado das entidades, o intervalo de negociação está vinculado à preservação do benefício líquido. "Nosso mínimo é garantir 95% do benefício atual e o máximo é garantir 100%, sempre falando do benefício líquido, sem o desconto da contribuição normal", afirmou PC. Os valores que serão apresentados pela Petrobrás ainda não são conhecidos. Após a conclusão da mediação, a Petrobrás deverá elaborar o regulamento do novo plano, o termo de migração, o acordo de transação judicial e um simulador individual. "Quando a proposta chegar às assembleias, cada participante já vai saber exatamente como ficará sua situação", disse.

Para PC, o avanço só foi possível em razão da pressão organizada e contínua. Ao longo de mais de dois anos, foram realizados diversos atos públicos e duas vigílias prolongadas em frente ao Edisen, sede da Petrobrás, que se tornaram um ponto permanente de pressão política. "Foi o trabalho unificado da FUP e todas as entidades, somado às mobilizações, que deram força ao processo", afirmou.

Ao tratar do futuro plano, PC destacou que a principal garantia de qualquer plano previdenciário é o patrimônio acumulado e sua administração ao longo do tempo. Ele citou o plano Petros 2 como referência de capitalização mais robusta, em razão da maior proporção de participantes ativos, o que favorece a formação de reservas. "Administrar um plano é olhar investimentos, mas também cálculo de benefícios, longevidade e sustentabilidade no longo prazo", afirmou.

APONTE A CÂMERA DO SEU CELULAR PARA O QRCODE ABAIXO, PARTICIPE DO GRUPO DOS APOSENTADOS E MANTENHA-SE INFORMADO

APOSENTADOS SINDIPETRO-SP
Grupo do WhatsApp